

POPULAÇÃO RESIDENTE E ESTRUTURA PRODUTIVA NO PARQUE NACIONAL DA AMAZÔNIA-PA¹

RESIDENT POPULATION AND PRODUCTIVE STRUCTURE IN THE AMAZON NATIONAL PARK-PA

Hélio Beiroz

Mestre em Geografia – UFRJ
Pesquisador Voluntário do Laboratório de Gestão do Território da UFRJ – LAGET
beirozhelio@gmail.com

Ana Maria de Souza Mello Bicalho

Doutora em Geografia - University of London
Professor Associado III da UFRJ, Pesquisadora Nível II CNPq
anabicalho@hotmail.com

Resumo

Entre os anos de 2005 e 2006 foram iniciados, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, projetos de assentamento tradicionais e projetos de desenvolvimento sustentável, na Zona de Amortecimento do Parque Nacional da Amazônia, no estado do Pará. Contudo, a ocupação não se restringiu à Zona de Amortecimento, havendo presença de comunidades no interior da unidade de conservação de proteção integral. Norteados pela importância da inserção sócio-econômica das populações tradicionais e/ou que atuam em regime de produção familiar, à dinâmica produtiva, porém sem negligenciar a legislação e as demandas ambientais, o presente artigo apresenta uma análise da estrutura produtiva e da origem da população residente no Parque Nacional da Amazônia e em sua Zona de Amortecimento. De maneira mais específica, o trabalho buscou avaliar se a população residente hoje em tais comunidades pode ser considerada uma “população tradicional”, discutir os potenciais produtivos e lançar sugestões de adequação das atividades a uma lógica sustentável e integrada ao mercado local, correspondente à cidade de Itaituba-PA.

Palavras Chave: Amazônia. Produção familiar. Assentamento. População tradicional. Unidade de conservação.

Abstract

Between 2005 and 2006 traditional settlement projects and sustainable development projects were initiated by the Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA in the buffer zone of the Parque Nacional da Amazônia, located in the west of the state of Pará. However, the occupation was not restricted to the buffer zone and communities were built within the protected areas of the Park. This article presents an analysis of the productive structure and the origin of the residents in the conservation unit and its buffer zone, focussing on the conflict between the socio-economic integration of traditional populations using the household production mode and environmental legislation and demands. More specifically, the study discusses whether nowadays people living in such communities can be considered to be

traditional population, treats their productive potential and makes some suggestions on how the activities could be made sustainable through articulation to the local markets of the city of Itaituba-PA.

Keywords: Amazon. Household production. Settlement. Traditional populations. Conservation unit.

Introdução: a População e o Parque Nacional da Amazônia

O Parque Nacional da Amazônia (PNA) foi oficialmente criado através do Decreto N° 73.683, de 19 de fevereiro de 1974. Contudo, ele foi viabilizado através do Programa de Integração Nacional iniciado pelo Governo em 1970. Ainda em 1971 uma área de 6 milhões de hectares, designada “Polígono de Altamira”, foi desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e Grupo de Operações da Amazônia (GOA) propôs que um milhão de hectares deveriam ser reservados sob a categoria de Parque Nacional. O PNA possui uma área de 945.851,00 ha, a maior parte dentro do município de Itaituba e atualmente é administrado pelo ICMBio (Figura 1). Há 112 km da rodovia Transamazônica em seu interior e cerca de doze comunidades atualmente residem parcialmente em sobreposição ao Parque. Como uma unidade de proteção integral, o Parque não deveria comportar populações humanas em seu interior.

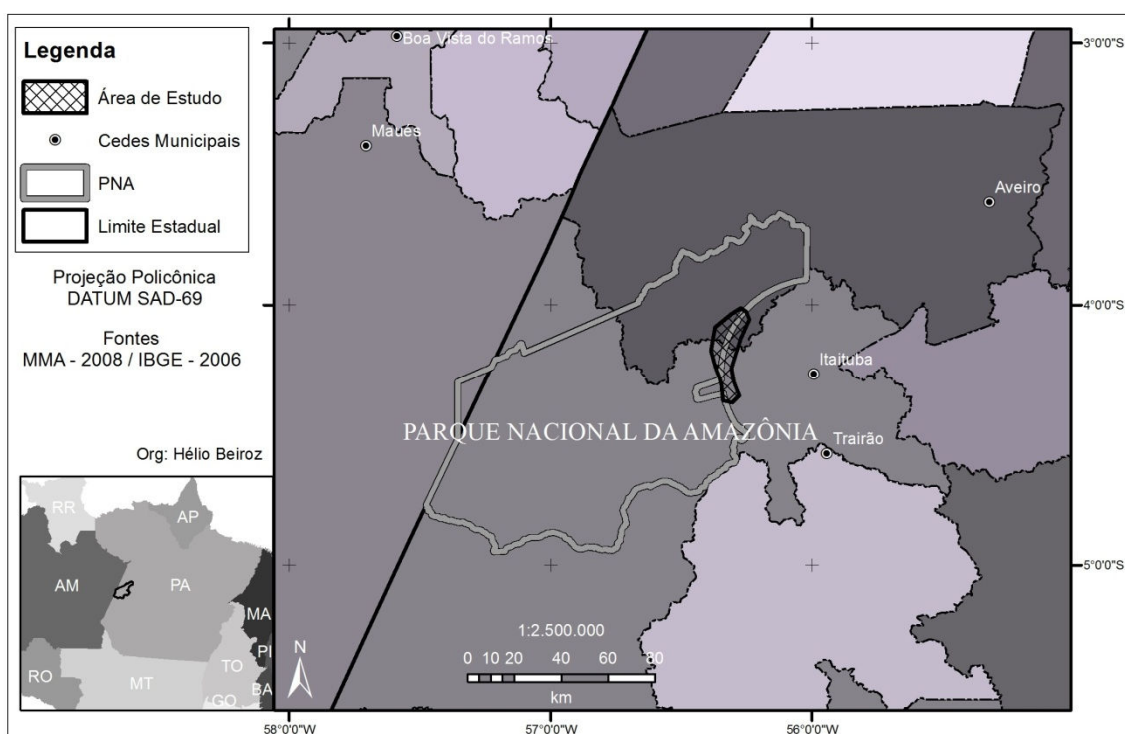


Figura 1: Localização do Parque Nacional da Amazônia e da Área de Estudo

Segundo aponta Castro Júnior *et al* (2009), no Brasil, é uma prática relativamente comum a criação áreas de proteção integral em locais já povoados. Em grande parte por consequência de tal prática, uma ampla discussão calcada na relação das chamadas “populações tradicionais” com as Unidades de Conservação (UC) se estabeleceu na comunidade científica na década de 1990, permanecendo presente e relevante até os dias de hoje.

O problema gerado entre o confronto de interesses ambientais e sociais, decorrente da existência de populações tradicionais em áreas de unidades de conservação no Brasil, é uma fonte recorrente de conflito e tensão. Apresentando tal quadro encontra-se o Parque Nacional da Amazônia. Conhecer e investigar as contradições entre as diretrizes e a administração do Parque Nacional da Amazônia frente à ocupação e uso das terras pela população residente no parque é a proposta deste trabalho.

Pretende-se, assim, contribuir com as discussões no sentido de buscar soluções para a população residente em áreas de preservação natural, que se depara com uma legislação ambiental restritiva nos parques nacionais que visam à preservação integral. A análise está focada sobre as características do processo de ocupação recente (últimas 3 décadas) da área e sobre a dinâmica produtiva das atividades desenvolvidas na Zona de Amortecimento (ZA) e no interior do Parque. Buscou-se identificar e discutir características da origem da população e das estruturas produtivas que contribuam à compreensão do quadro de conflito de uso e ocupação do solo em que se apresenta o PNA.

Apesar de discutir se a população local é tradicional ou não, por considerar este um fator relevante para a adequação de um planejamento voltado à sustentabilidade das atividades da área estudada, o presente trabalho, não entra na discussão conceitual acerca do termo “população tradicional”, “comunidade tradicional” e outros semelhantes. Para a análise, será compreendido, então, o conceito, como disposto pela Casa Civil da Presidência da República no Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Pelo citado decreto, povos e comunidades tradicionais são definidos como:

“... grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. [E “territórios tradicionais” são definidos como:] (...) os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária” (Casa Civil da Presidência da República, 2007. art 3º. Parágrafo 1º e 2º).

Segundo Torres e Figueiredo (2005), as populações residentes na área do Parque Nacional da Amazônia foram expulsas nos anos que seguiram à criação da unidade de conservação. Tais autores afirmam ainda que, a “experiência de sujeição à intimidação e violência é protagonista comum nos discursos dos ex-moradores” (TORRES e FIGUEIREDO, 2005, p.355) e que comunidades inteiras teriam sido removidas sem o pagamento adequado – ou nenhum – de indenizações.

Não se tem conhecimento preciso de que população era essa, quantos eram ou quantas famílias foram diretamente afetadas e removidas com a criação do parque e de como viviam. Mas, de fato, é possível observar no texto do plano de manejo do PNA (IBDF, 1979) uma grande preocupação com os impactos das atividades realizadas no interior e nas proximidades do Parque, como da dificuldade de controle sobre a pesca e a caça realizada pelas populações residentes, a erosão causada pela atividade agrícola e o risco de expansão do fogo das áreas com uso da prática de queimadas para preparação da terra. O relevo íngreme e os solos pobres foram algumas das razões apontadas para argumentar acerca da inviabilidade econômica das atividades ali realizadas (IBDF, 1979). Tais preocupações, embora legítimas, serviram como justificativa para a retirada da população, realizada, segundo Torres e Figueiredo (2005), de forma inadequada.

Torres e Figueiredo (2005) criticam ainda a ausência de uma avaliação adequada da viabilidade das atividades desempenhadas pela citada população, bem como dos impactos sociais da implantação do PNA. Entre seus argumentos estão depoimentos coletados de antigos moradores e agentes que atuaram na remoção das famílias, reportando diversas formas de desrespeito e violência. Em grande parte, as famílias teriam sido realocadas, formando algumas das comunidades hoje no entorno do Parque e em projetos de colonização em outras regiões próximas.

Contudo, a remoção das famílias, do Parque não foi suficiente para manter os limites do PNA respeitados por muitos anos. O crescimento das comunidades existentes próximas aos limites da unidade de conservação, assim como o surgimento de novas comunidades no interior do Parque, agrava o problema, fazendo com que a questão permaneça atual e de grande pertinência.

No trabalho de campo, realizado nos meses de setembro e outubro de 2008, foram entrevistadas famílias de comunidades no interior do PNA e em sua Zona de Amortecimento (Tabela 1). No caso das comunidades que se encontram parcialmente no

interior do Parque usou-se a localização do lote do entrevistado como referência e não a localização da comunidade como um todo. As entrevistas restringiram-se à região Sudeste do Parque, onde a ocupação é mais intensa e supostamente estaria propensa à influência das atividades de pecuária extensiva e da cidade de Itaituba, localizadas nas proximidades da área de estudo, interferindo na configuração das atividades produtivas.

Tabela 1: Questionários aplicados por Comunidade/Localidade

Comunidade/Localidade		Nº	Total Aplicado
Interior do Parque	Cocalino	4	21
	Novo Horizonte	6	
	Nova Fronteira	2	
	Novo Paraíso	1	
	Bom Jesus do Guajará	8	
Zona de Amortecimento	Califórnia	9	18
	Conquista 1 e Conquista 2	8	
	Nova União	1	
Fonte: Dados próprios – Trabalho de Campo – set/out 2008			

O trabalho de campo abrangeu comunidades localizadas no território municipal de Itaituba e Aveiro. Contudo, como a proximidade das comunidades é muito maior com relação à área urbana de Itaituba, pouca influência tem Aveiro sobre a área, conforme foi perceptível durante as entrevistas de campo e o levantamento dos dados acerca dos locais de comercialização e escoamento da produção.

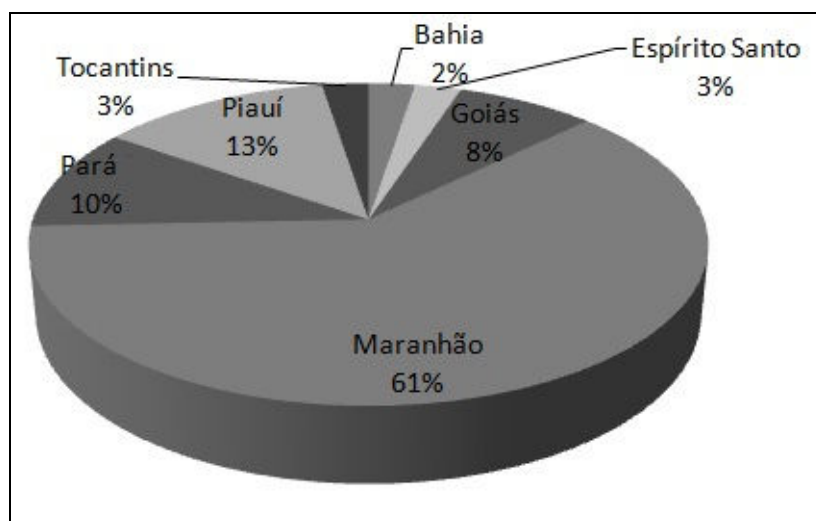
É importante mencionar que na área de estudo existem Projetos de Assentamento (PA) e Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Enquanto os PAs correspondem a projetos “convencionais” de assentamento, os PDSs têm como diretriz adequar-se às demandas de sustentabilidade necessárias às atividades produtivas no interior das zonas de amortecimento de unidades de conservação de proteção integral. Apesar de terem sido entrevistados moradores de ambos os modelos, a diferença real no manejo das atividades, à data da realização do trabalho de campo, era inexpressiva, de forma que foi considerado irrelevante diferenciar os dois modelos para a discussão dos resultados no presente texto.

Segundo a Procuradoria da República no Município de Altamira/PA (MPF, 2007), a Superintendência Regional de Santarém-SR/30 possui em sua jurisdição cerca de 218 assentamentos, criados desde 1927, totalizando 73.224 famílias. Sendo que, desse montante,

144 assentamentos (66% do total), foram criados em um período de dois anos, entre o início de 2005 e o final de 2006, propondo-se a incluir 44.330 famílias. Entre os problemas advindos do grande número de assentamentos criados em um pequeno período de tempo estariam a extrapolação da capacidade orçamentária e operacional da SR/30, a inclusão irregular de famílias na relação de beneficiados (RB) e a criação de PA e PDS sobrepostos unidades de conservação, como é o caso do Parque Nacional da Amazônia (PNA).

População Tradicional ou Migrantes?

A pesquisa revelou que atualmente não se pode tratar a população residente no PNA como uma população tradicional que sempre habitou área do parque. Mesmo assim, várias famílias já vivem na área há muitos anos e a presença delas impõe um novo problema social perante o Parque. As entrevistas realizadas durante o trabalho de campo revelaram que, nas comunidades visitadas, a grande maioria dos entrevistados não é natural da região do PNA (Figura 2). São, em grande parte, imigrantes dos estados do Maranhão, Piauí e Goiás, além de outras regiões do Pará, totalizando mais de vinte e cinco municípios de origem diferentes.



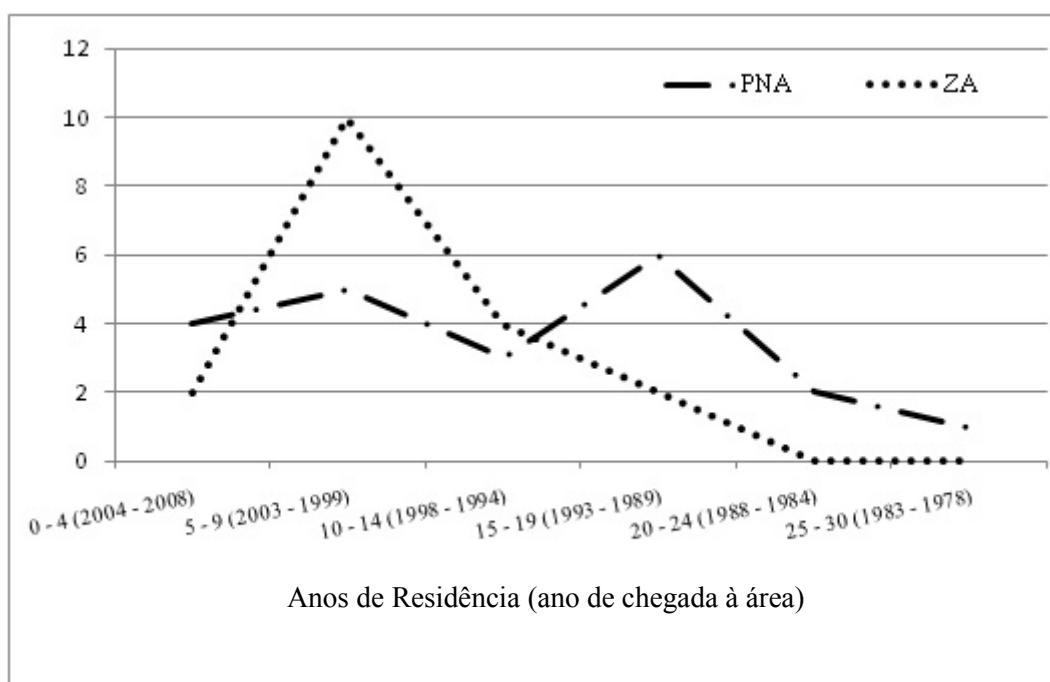
Fonte: Dados próprios – Trabalho de Campo – set/out 2008

Figura 2: Moradores Entrevistados por Unidade da Federação de Origem

Tais dados apontam para uma mudança significativa no perfil da população residente na área do PNA, da época de sua criação, como uma área caracterizada pela presença de populações tradicionais, para os dias atuais, um espaço que, hoje, abriga indivíduos de diferentes origens. Nenhum dos entrevistados residia na região há mais de

30 anos (entre a data de criação do PNA e a de aplicação dos questionários, cerca de 34 anos se passaram) e nenhum é natural do local.

Segundo as informações obtidas dos entrevistados, acerca de seus históricos migratórios, pôde-se notar que o processo de migração para o entorno e interior do PNA teve relação direta com a atividade de mineração. Ao observarmos o tempo de residência dos entrevistados na região (Figura 3), pode-se notar que o início do aumento do ritmo de (re)ocupação da área corresponde à segunda metade da década de 1980, que é o período de declínio e crise da atividade de mineração na região.



Fonte: Dados próprios – Trabalho de Campo – set/out 2008

Figura 3: Morador Entrevistado por Ano de Residência na Área

De fato, a atividade de mineração atraiu um grande número de migrantes, oriundos de áreas rurais do Nordeste, em especial do Maranhão, para Itaituba e municípios vizinhos por volta das décadas de 1960 e 1970 – e também para outras áreas do Pará. Contudo, tal atividade só vai estar relacionada de maneira relevante à ocupação da área de estudo quando seu declínio se acentua e ela entra em crise, a partir do final da década de 1980. Com pouco capital, os ex-garimpeiros autônomos e ex-empregados de mineradoras se deslocam para a área “desocupada” no entorno e interior do PNA. Como a área imediatamente ao redor da cidade de Itaituba já estava ocupada por atividades de pecuária bovina extensiva de fazendeiros locais, restava à essa população se alojar nas áreas mais próximas à unidade de conservação.

Já o período entre os anos de 1999 e 2003, corresponde ao período de maior divulgação do projeto de retomada do asfaltamento da rodovia BR-163. Apesar de não haver dados suficientes no presente trabalho para confirmar, é coerente especular que houve influência da notícia do asfaltamento da rodovia no processo de ocupação da região, a exemplo do ocorrido em outras regiões da área de influência da mesma rodovia (OLIVEIRA, 2005). É possível perceber que, enquanto o ritmo de ocupação do interior do PNA permanecia próximo a uma constância, na sua zona de amortecimento há um aumento drástico no período em questão. Acresce-se que no período entre 2005 e 2006, que corresponde à época de criação dos PA e PDS na região, apenas 12% do total de entrevistados migraram para a região, enquanto os 88% restantes já ocupavam os lotes nas comunidades visitadas durante o trabalho de campo.

Logo, pode-se concluir que apesar de não se tratar de uma população tradicional residindo às margens e interior do Parque, também não se trata de uma população, em sua maioria, trazida à área pelo processo de criação dos PA e PDS. Mas, sim, de indivíduos e famílias oriundas de outros estados, que chegaram à região anteriormente ao processo de criação dos assentamentos e, não obstante, foram incluídos nos números oficiais de assentados no estado do Pará.

A Estrutura Produtiva no Parque Nacional da Amazônia e Perspectivas Atuais

Na presente etapa, discute-se a estrutura produtiva das comunidades do entorno e do interior do Parque Nacional da Amazônia. Tratando-se, como já abordado, de uma unidade de conservação de proteção integral, quaisquer atividades econômicas em seu interior tornam-se automaticamente irregulares segundo a legislação vigente. Contudo, é perceptível a presença de atividades semelhantes às da zona de amortecimento no interior do PNA, dentre as quais se destacam as plantações de mandioca, arroz e feijão e a pecuária bovina. Contudo, há diferenças relevantes que devem ser apresentadas, em especial quanto ao nível de comercialização dos produtos e área explorada.

No interior do Parque a produção da lavoura é mais voltada ao consumo da própria família e à manutenção das criações – a exemplo do milho, utilizado para a alimentação de galinhas e outros animais. Isso não significa que as atividades realizadas na ZA tenham cunho altamente comercial. Pelo contrário, apesar de haver maiores vendas, comparado à área interna do parque, uma grande parcela da produção também é voltada ao consumo da

própria família. A área ocupada com lavoura nos lotes visitados no interior do PNA soma 53,4 ha, representando apenas 2,6% da área total dos lotes. Já na zona de amortecimento, onde os lotes, em média são menores, a área de lavoura corresponde a 60,7 ha; 5,6% da área dos lotes (Tabela 2). Apesar de aparentemente sutil, a diferença acompanha, quase proporcionalmente, a diferença entre o grau de comercialização das duas áreas.

Tabela 2: Área em lavoura por localização dos estabelecimentos

Localização	Área total dos estabelecimentos (ha)	Área e Lavoura		Área média dos estabelecimentos (ha)	Área média em lavoura (ha)
		ha	%		
PNA	2052,0	53,4	2,6	100,1	2,7
ZA	1080,3	60,7	5,6	60,0	3,3

Fonte: Dados próprios – Trabalho de Campo – set/out 2008

Quanto ao escoamento e distribuição dos produtos, a forma principal de transporte e de comercialização das duas áreas é a mesma. Através dos “carros de linha” – caminhonetes que são o principal meio de transporte de passageiros e cargas entre as comunidades e a área urbana de Itaituba – as mercadorias e seus produtores são transportados, mediante o pagamento de uma tarifa pelo passageiro e tarifas adicionais de acordo com o volume de carga, medido em sacos de 50 kg. A cidade de Itaituba representa o principal mercado consumidor para os produtos de lavoura, vendidos em feiras pelos próprios produtores, ou para estabelecimentos comerciais de pequeno porte.

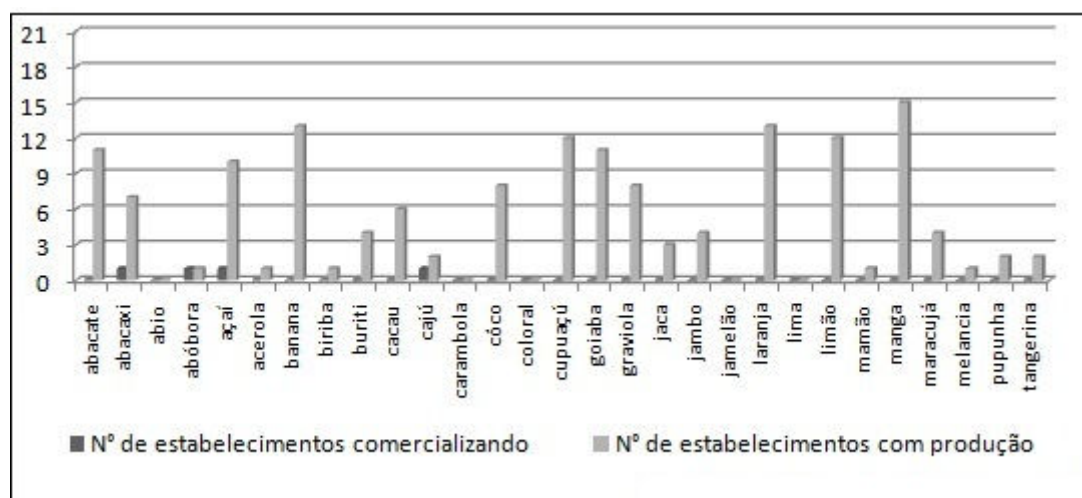
As atividades de lavoura caracterizam-se por serem de pequeno porte e majoritariamente voltadas ao consumo da própria família, inclusive com o cultivo de pequenas hortas. A exceção fica por conta, principalmente, da produção de mandioca com um número relevante de produtores comercializando o produto na forma de farinha (Tabela 3). Entretanto, o volume comercializado raramente ultrapassa 50% da produção. Arroz, feijão e milho ocupam uma posição secundária, tendo os dois primeiros um nível de comercialização relevante, dentro dos padrões da região, enquanto o terceiro tem a maior parte da produção voltada ao consumo da família e das criações de animais.

Tabela 3: Número de Produtor por Principal Produto da Lavoura

Área	Produto	Produtor com atividade	Produtor comercializando	% de produtor comercializando
PNA	arroz	16	3	19
	feijão	14	3	21
	macaxeira	10	1	10
	mandioca	12	6	50
	milho	15	3	20
ZA	arroz	11	5	45
	feijão	13	7	54
	macaxeira	10	2	20
	mandioca	7	5	71
	milho	13	3	23

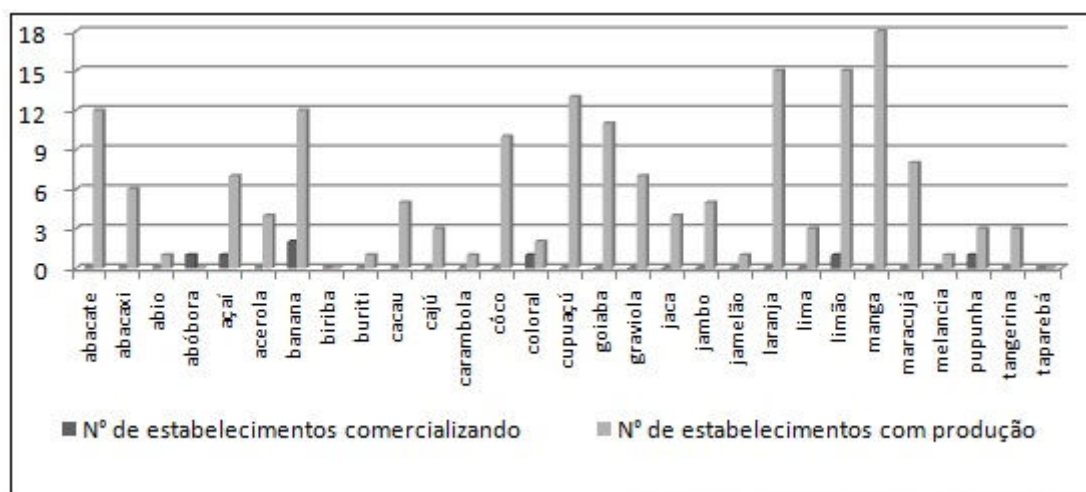
Fonte: Dados próprios – Trabalho de Campo – set/out 2008

Enquanto na lavoura há um grande número de estabelecimentos produzindo quatro produtos principais, quando tratamos de frutas, plantadas ou nativas há uma grande diversidade. Mais da metade dos entrevistados possuíam em seus lotes ao menos cinco espécies diferentes de árvores frutíferas. Apesar de ser maior a diversificação da produção, o número de estabelecimentos comercializando frutas, se comparada à atividade de lavoura, é nitidamente menor, mesmo entre às espécies frutíferas de maior incidência (Figuras 4 e 5). Comportamento que pouco sofre variações em função da localização do lote ser no PNA, ou em sua ZA.



Fonte: Dados próprios – Trabalho de Campo – set/out 2008

Figura 4: Produção de Fruticultura dos entrevistados no interior do Parque Nacional da Amazônia



Fonte: Dados próprios – Trabalho de Campo – set/out 2008

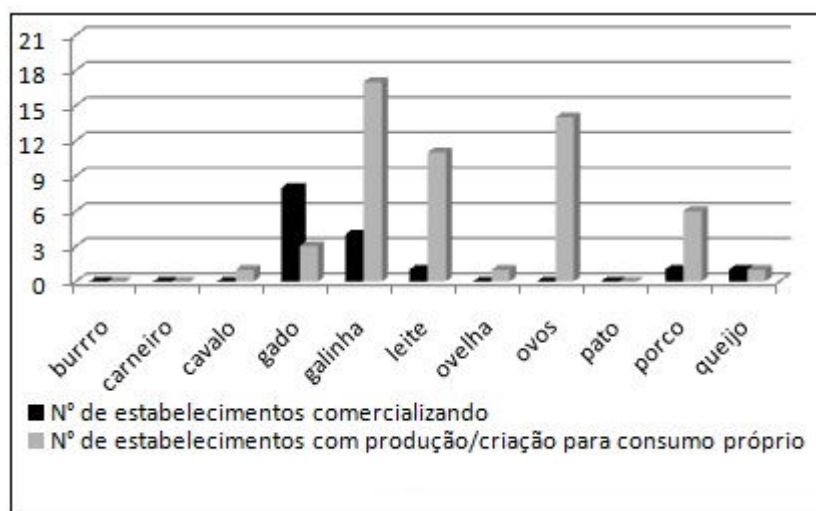
Figura 5: Produção da Fruticultura dos entrevistados na Zona de Amortecimento do Parque Nacional da Amazônia

De fato, os relatos dos entrevistados indicavam um alto potencial frutícola e, alguns, afirmavam que tinham até mesmo problemas com mau cheiro, insetos e roedores atraídos pelas frutas em decomposição aos pés das árvores mais próximas das residências, tamanho o volume da produção. Segundo Hoefle (2003), as experiências mais recentes com sistemas agroflorestais na Amazônia estão calcadas no uso de fruteiras regionais, espécies nativas e outras introduzidas há longa data no ambiente amazônico, mantendo um bom nível de produtividade enquanto protegem melhor o solo e geram menos impacto sobre a fauna e a flora, quando comparados às lavouras temporárias de ciclo curto e às pastagens. Não obstante, tal atividade estaria de acordo com o alto potencial frutícola que foi observado na área de estudo durante trabalho de campo. Contudo, razões relacionadas, principalmente, à infraestrutura precária das estradas e do acesso também precário à energia elétrica tornam a atividade de fruticultura inviável no PNA e em boa parte de sua ZA, desperdiçando-a como atividade geradora de renda e de menores alterações no ambiente, se comparada à lavoura tradicional e à pecuária.

Na pecuária, de forma semelhante ao que ocorre com a lavoura e a produção de frutas, há a predominância de criações de animais voltadas para o consumo da própria família e uma tendência sutil à maior comercialização da produção da ZA em relação ao PNA. No parque, as principais atividades, em geral voltadas à subsistência, são a criação de galinhas para corte, a produção de ovos e de leite bovino. Já na ZA a produção de leite perde parte de sua relevância, ascendendo a pecuária bovina de corte.

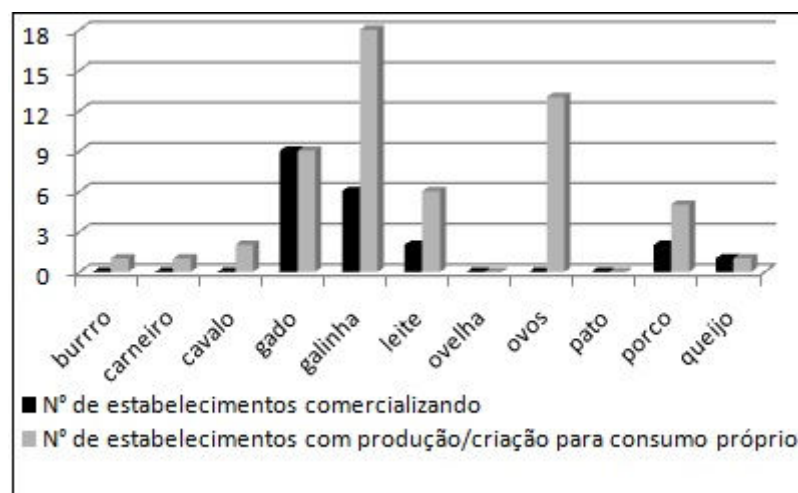
A pecuária bovina de corte é, na verdade, uma exceção ao padrão observado nas

atividades tanto no PNA quanto em sua ZA. Apesar de menos da metade do total dos entrevistados atuarem na criação de bovinos, a atividade apresenta cunho comercial (Figuras 6 e 7), havendo inclusive, no interior do PNA entrevistados que não faziam consumo da carne bovina de suas produções, voltadas apenas à comercialização. Os rebanhos consistem, em média, em 32 cabeças de gado por produtor desempenhando a atividade. Na ZA, quase 13% de toda a área dos lotes é ocupada por pasto. Já que a área permitida para derrubadas e desmatamento corresponde a 20% da área dos lotes, tem-se mais da metade da área produtiva na ZA ocupada por pasto. Já no interior do PNA, a área de pasto ocupa 5,5% da área total dos lotes.



Fonte: Dados próprios – Trabalho de Campo – set/out 2008

Figura 6: Produção da Pecuária dos entrevistados no interior do Parque Nacional da Amazônia



Fonte: Dados próprios – Trabalho de Campo – set/out 2008

Figura 7: Produção da Pecuária dos entrevistados na Zona de Amortecimento do Parque Nacional da Amazônia

Em geral, a venda dos animais é realizada para frigoríficos e açougues de Itaituba, mas, também, através de atravessadores que compram as cabeças nos próprios lotes, incluindo o valor do frete no preço, que é estabelecido de acordo com o peso. Outra prática comum é a venda dos animais para os pecuaristas de maior porte, fora da ZA do parque, que compram os animais com o intuito de aumentar seus rebanhos. Quanto ao consumo de produtos da pecuária bovina, no PNA, o principal produto da alimentação da família é o leite, vendido apenas em pequena escala devido à ausência de infraestrutura e capacitação para armazenagem. Com consumo de carne bovina inexpressivo, a carne da dieta familiar é originada principalmente da caça, pesca, da criação de suínos e de galináceos.

Quanto às atividades de caça e pesca (Tabela 4), apesar de alegarem não comercializar, cerca de metade dos entrevistados no Parque realizam atividades de caça e pesca, enquanto na ZA esses valores caem para praticamente um quarto dos entrevistados. Independente de comercialização, a caça e a pesca no interior do PNA são proibidas, por se tratar de uma área de proteção integral. E, mesmo tratando da ZA, apesar do impacto de uma atividade voltada apenas à alimentação ser muito inferior ao de uma atividade de cunho comercial, tais atividades carecem de estudos para a possível adequação ao manejo sustentável da ZA do Parque.

Tabela 4: Número de Entrevistado Realizando Atividade de Caça, Pesca, Coleta e Extração

Produto	Nº de estabelecimentos comercializando	Nº de estabelecimentos com consumo próprio	% de estabelecimentos comercializando em relação ao total visitado	% de estabelecimentos com consumo em relação ao total visitado
PNA				
caça	0	9	0,0	42,9
castanha	0	5	0,0	23,8
madeira	2	4	9,5	19,0
palmito	0	0	0,0	0,0
pesca	0	11	0,0	52,4
ZA				
caça	0	4	0,0	22,2
castanha	0	4	0,0	22,2
madeira	0	3	0,0	16,7
palmito	0	0	0,0	0,0
pesca	0	5	0,0	27,8

Fonte: Dados próprios – Trabalho de Campo – set/out 2008

Quanto à extração de madeira, apenas 2 entrevistados alegaram já ter vendido madeira, enquanto 7 afirmaram ter extraído madeira principalmente para a construção da residência, de galinheiros, de pequenas hortas elevadas e cercas. Não obstante, os indícios de extração de madeira para a construção das residências eram mais perceptíveis na ZA, enquanto, no interior do PNA, avistou-se apenas uma vez madeira sendo preparada para construção de residências e cercas.

Tratando-se das atividades de coleta, o principal produto (excluindo-se as frutas já tratadas anteriormente), segundo os próprios produtores, é a castanha. Em cerca de um quarto dos lotes visitados havia castanheiras nativas. Contudo, nenhum dos entrevistados explora comercialmente a atividade de extração da castanha, que é, quando muito, utilizada para o próprio consumo da família.

Em linhas gerais, as atividades produtivas na área se caracterizam por ter um baixo cunho comercial, com exceções da pecuária bovina e da mandioca. As cabeças de gado de corte servem inclusive como uma espécie de reserva de capital, sendo vendidas aos pecuaristas de maior porte em momentos em que o pequeno produtor necessita de renda extra. Já a mandioca pode ser considerada a principal atividade agrícola quanto à geração de renda. Tal quadro está muito relacionado às infraestruturas precárias de transporte e energia elétrica, em especial nas áreas mais próximas ao PNA e no seu interior. Sem estradas transitáveis nos períodos de chuva não há como transportar adequadamente produtos perecíveis, como frutas, deixando como única alternativa rentável à lavoura o beneficiamento artesanal da mandioca para a produção de farinha, de fácil armazenagem e transporte. A precariedade da energia elétrica atua, também como fator negativo, posto que restringe as possibilidades de beneficiamento e armazenagem de diversos produtos, como leite e frutas em geral.

Quanto ao mercado consumidor, o que se observou foi que, embora limitadas em produtividade e rentabilidade, os principais produtos, como a mandioca, o arroz e o feijão, contam com um mercado consumidor de porte relevante na cidade de Itaituba. A comercialização de gêneros agrícolas produzidos na área rural do município e de municípios vizinhos é comum em feiras fixas (mercado de produtores) e feiras semanais da cidade, assim como em estabelecimentos comerciais de pequeno e médio porte.

Entretanto, quanto às frutas, é fato comum em Itaituba a importação de produtos de outras regiões que poderiam ser fornecidos pelos produtores do entorno do PNA. Tendo visitado, durante o trabalho de campo, alguns mercados e feiras da cidade,

percebe-se que a maior parte das frutas, mesmo aquelas nativas da região, são importadas de outros municípios. Um nítido reflexo do mau aproveitamento do potencial da atividade frutícola da área de estudo, que possuiria vantagens competitivas, dada especialmente à proximidade espacial entre o local de produção e o de comercialização. Baseado em tais fatos é possível afirmar que seria possível, mediante a implantação da infraestrutura adequada, integrar a produção de frutas ao quadro de atividades geradoras de renda das comunidades, o que geraria um acréscimo significativo à renda das famílias.

Quanto à pecuária bovina, ela conta com áreas significativas de pastagens e um mercado consumidor maior. Os maiores desafios à sustentabilidade da atividade recaem sobre a questão ambiental e a competição com os pecuaristas de maior porte, que contam com alto grau de capitalização e maior qualificação técnica, além de estarem mais próximos do mercado consumidor de Itaituba. Contudo, a pecuária tanto na região estudada, quanto na área dos “fazendeiros” localizados entre a ZA e a cidade de Itaituba, é especializada na produção de gado de corte. Uma das alternativas dos pequenos produtores para se inserir no mercado estaria na produção de leite. Ciente de tal alternativa, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia (SEDECT) do Pará realizou, em março de 2009, em Itaituba, o I Seminário Tecnológico da Pecuária Leiteira, com intuito de promover e incentivar a adoção em larga escala da atividade na região.

Obviamente, a produção de leite demandaria investimentos em infraestrutura, para garantir a qualidade do produto e o armazenamento adequado, além da qualificação dos produtores. Trata-se de tornar viável, aos olhos dos produtores, a alteração de seu modelo de produção. Para tal, será necessária a oferta dos devidos mecanismos de suporte financeiro e técnico, especialmente no período inicial, de adaptação ao novo padrão. Além disso, é imprescindível que as decisões não sejam apresentadas como um pacote pronto, diante do qual só haveria duas opções para o pequeno pecuarista: aceitar, ou rejeitar. A forma como se daria a transição da pecuária de corte à pecuária leiteira – assim como a mudança de quaisquer padrões produtivos, sejam de lavoura, pecuária ou outra atividade qualquer – tem de ser decidida mediante a participação dos produtores.

Pinto (2003), ao estudar uma associação comunitária formada por uma população de caboclos no município de Silves, no estado do Amazonas, demonstra que a partir de um modelo endógeno, foi possível não apenas regular a atividade de pesca, inibindo a prática predatória, mas garantir a sustentabilidade econômica e a conservação cultural da população

ribeirinha. Através da organização dos próprios ribeirinhos, foi possível interagir em diferentes escalas decisórias, garantindo o aporte político e legal à proteção de áreas de procriação e de manutenção de peixes, assim como o controle das técnicas utilizadas para a pesca. A articulação da Associação Comunitária Pela Conservação do Meio Ambiente de Silves – ASPAC também alcançou diferentes escalas através de parcerias com instituições da sociedade civil, como outras associações e ONGs, até mesmo a escala global, através de organizações internacionais como o *World Wildlife Fund* (WWF). Apesar do estudo de Pinto (2003) tratar de uma gestão genuinamente cabocla, a troca de informações, o fluxo de pessoas e de serviços oriundos das parcerias com outras instituições e das articulações políticas e legais, permitiu a incorporação do conhecimento científico e novas técnicas às atividades já desempenhadas. Tal fator, ao invés de uma deturpação, permitiu o desenvolvimento do modelo, através da adaptação das inovações às práticas tradicionais e a manutenção do modelo endógeno de planejamento e representação.

Considerações Finais

Conforme constatado, as comunidades estudadas não são formadas por populações tradicionais. Em sua maior parte a população é oriunda da Região Nordeste, atraídos ao Pará pela atividade de mineração. De fato, o declínio das atividades de mineração teve maior impacto no ritmo de ocupação da área do que os projetos de assentamento e de desenvolvimento sustentável. Entretanto, como o período entre os anos de 1999 e 2003 também foi expressivo, pode-se questionar que outros fatores interferiram na ocupação nesse período mais recente (porém ainda anterior ao início dos projetos do INCRA).

Como sugestão metodológica, seria interessante averiguar o índice de êxodo da área, posto que os dados de ocupação para o presente trabalho foram calcados apenas no tempo de residência da família no local. Na hipótese de que tenha ocorrido muitos casos em que lotes tenham sido abandonados e reocupados por outras famílias, tal processo pode estar mascarando o real período pós criação do PNA de ocupação mais intensa da área. Contudo, a menção ao declínio da mineração e o desinteresse (ou, em poucos casos inviabilidade) de retorno ao local de origem foram muito mais expressivos do que o processo de criação dos PA e PDS.

Um contexto no qual a estrutura produtiva está baseada na produção de farinha de mandioca, com utilização de queimadas no ciclo de produção, e na pecuária bovina

de corte é preocupante do ponto de vista ambiental. A proximidade e a sobreposição das comunidades ao PNA é um agravante, tornando maior a necessidade de alternativas sustentáveis às atividades da área.

É central a questão ambiental pertinente à pecuária bovina, expressa, hoje, principalmente através do impacto das áreas de pastagem sobre a conservação do solo. O incentivo à produção leiteira pode ter como resultado de seu sucesso a ampliação das áreas de pastagem, intensificando os impactos negativos sobre o meio ambiente também pela abertura de novas áreas ou pela transformação de áreas de lavouras em pasto. Logo, apesar de representar uma alternativa aparentemente atrativa sob a ótica econômica, a implantação da pecuária bovina leiteira não pode perder de vista a necessidade de adequação às demandas ambientais da região. Para tal deve-se estar atento à adequação das áreas de pasto à legislação ambiental e aos objetivos da ZA.

Os exemplos de Hoefle (2003) e Pinto (2003) mostram que há casos em que, estando disponível a possibilidade de qualificação e participação nas decisões, a própria população pode modificar suas práticas no sentido de atividades e modelos de gestão sustentáveis. Acredita-se que tais modificações devam apontar em direção à diversificação da produção, com a introdução de técnicas que permitam aproveitar a mata e as espécies nativas ao invés de substituí-las por pasto ou basear-se quase que exclusivamente na produção de mandioca e grãos como atividade comercial na lavoura. Nesse sentido a fruticultura se destaca como uma alternativa com potencial de gerar bons resultados ainda em curto prazo, mediante os investimentos adequados. Quanto à pecuária, a adequação a uma gestão intensiva é uma sugestão atrativa, porém além da necessidade de investimentos, a competição com os pecuaristas de maior porte, vizinhos às comunidades, é um fator que deve ser considerado através de estudos mais específicos.

Deve-se considerar ainda que, na área de estudo, parece-se caminhar para a elaboração de uma gestão calcada em um modelo exógeno, o que pode acarretar a reprodução de um modelo excludente, em desrespeito às demandas da população. Entretanto, questiona-se se a precariedade da representação e de qualificação técnica dos produtores permitiria a emergência de um modelo endógeno sustentável em tempo hábil a evitar maiores impactos ambientais e sociais na área. Frente ao quadro observado no PNA, o planejamento e o manejo das atividades através de uma gestão participativa, envolvendo os produtores no processo decisório das instituições do poder público, nos parece mais coerente, já que não há

perspectivas de surgimento de um modelo genuinamente endógeno em curto prazo. Mas, em tais moldes a eficácia será determinada, ao menos nos estágios iniciais, pelo comprometimento do poder público, através dos órgãos responsáveis, com as demandas dos produtores da região. É necessário, porém, que, mediante o desenvolvimento das atividades e da integração social e política das comunidades, a população busque sua autonomia quanto à gestão das atividades sem entrar em desacordo com as demandas de sustentabilidade.

Por fim, posto que não se trata de uma população trazida pelo processo de assentamento, tampouco de uma população tradicional, apesar das constatações e sugestões apresentadas no presente estudo, a área ainda carece de estudos mais profundos e abrangentes. Mesmo apresentando ela características produtivas semelhantes às de outras áreas de produção familiar na Amazônia, suas especificidades demandam o aprofundamento da compreensão das dinâmicas econômica e social local, bem como das formas de relação entre tais demandas e seus reflexos sobre o espaço.

Notas

1. O presente trabalho é decorrente da dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - PPGG/UFRJ, de título “*O Parque Nacional da Amazônia – Desenvolvimento Sustentável e Conflito Fundiário*”. O autor agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, pela bolsa durante o curso de mestrado, bem como ao Laboratório de Gestão do Território – LAGET, e ao Institut de Recherche Pour le Développement - IRD, pelo financiamento das atividades de campo. Agradecimentos devem ser feitos ainda ao Prof. Dr. Scott William Hoefle do Departamento de Geografia da UFRJ, que acompanhou boa parte das atividades de campo e à orientadora Prof^a. Dr^a. Ana Maria S. M. Bicalho, do mesmo departamento.

Referências

CASTRO JUNIOR, E.; COUTINHO, B. H.; FREITAS, L. E.. Gestão da Biodiversidade e Áreas Protegidas. In: **Unidades de Conservação: Abordagens e Características Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto N° 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007**. (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais). Brasília, 7 de fevereiro de 2007.

HOEFLE, S. W. Permacultura e sustentabilidade rural regional na Amazônia. In: BICALHO, A. M.; HOEFLE, S. W. (Orgs.). **A Dimensão Regional e os Desafios à Sustentabilidade Rural**. Rio de Janeiro: Laget-UFRJ/CSRS-UGI, 2003.

IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal). **Plano de Manejo do Parque Nacional da Amazônia (Tapajós)**. Brasília: IBDF, 1979.

ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). **Levantamento**

fundiário e sócio-econômico das famílias residentes nas comunidades do entorno e interior do Parque Nacional da Amazônia – Subsídios para a redefinição dos limites Leste. Itaituba: Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral, 2008.

MPF (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL) – Procuradoria da República no Município de Altamira/PA. **Ação civil pública por ato de improbidade administrativa.** Altamira: MPF-PRPA, 2007.

OLIVEIRA, A. U. BR-163 Cuiabá-Satarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: **Amazônia Revelada: os descaminhos ao longo da BR-163.** Brasília: CNPq, 2005.

PINTO, V. P. A Gestão Cabocla em Silves (Amazonas). In: BICALHO, A. M.;

TORRES, M., FIGUEIREDO, W. Yellowstone Paroara: Uma discussão sobre o papel das Unidades de Conservação e o exemplo do Parque Nacional da Amazônia. In: **Amazônia Revelada: os descaminhos ao longo da BR-163.** Brasília: CNPq, 2005.

Recebido em 22/06/2011 Aceito para publicação em 09/01/2012.
